

| LEETRA • Indígena |

Material de Apoio do Laboratório de Linguagens LEETRA
Universidade Federal de São Carlos



LEETRA Indígena

Material de Apoio do Laboratório de Linguagens LEETRA

Universidade Federal de São Carlos - SP - Brasil

Volume 09 - Edição Especial

Editora

Maria Sílvia Cintra Martins

Design e Diagramação

Eld Johonny

Revisão

Eld Johonny

Larissa de Paula Ferreira

Maria Sílvia Cintra Martins

Capa

Eld Johonny

Desenho capa e ilustração

Luciano Ariabo Kezo

Endereço para correspondências

Universidade Federal de São Carlos | Laboratório de Linguagens LEETRA

Rod. Washington Luís, km. 235 - Departamento de Letras - Sala 07

CEP: 15.566-905 - São Carlos - SP | Telefone: (16) 3306-6510

Pedido de assinaturas em grupo.leetra@gmail.com

Material disponível em formato digital em: www.leetra.ufscar.br

LEETRA INDÍGENA. n.9, v. 1, 2014 - São Carlos: SP: Universidade

Federal de São Carlos, Laboratório de Linguagens LEETRA.

Periodicidade semestral - Edição Especial

ISSN: 2316-445X

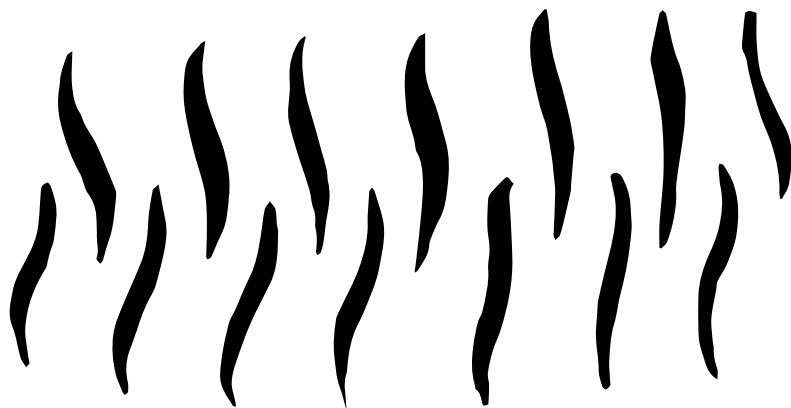
1. Cultura indígena 2. Línguas indígenas brasileiras

3. Educação

Editorial

A revista LEETRA Indígena, publicação do Laboratório de Linguagens LEETRA sediado no Departamento de Letras da Universidade Federal de São Carlos/UFSCar, comporta resultados de pesquisa em andamento no Grupo de Pesquisa LEETRA (CNPq), que abriga as linhas de pesquisa “Estudos em Literatura Ameríndia”, “Tradução e Transcrição”, “Línguas Indígenas” e “Letramento e Comunicação Intercultural”. A revista busca preencher o espaço hoje necessário do reconhecimento progressivo da importância e da validade das línguas, das culturas e das literaturas indígenas presentes milenarmente em território nacional, sem que ainda lhes tenha sido conferido o valor correspondente. Todas as publicações vêm obtendo uma tiragem limitada em papel e encontram-se disponíveis online (www.leetra.ufscar.br). As Revistas LEETRA Indígena 1, 2 e 4 focalizaram a Literatura de diferentes povos indígenas brasileiros; a Revista LEETRA 3, em número especial, envolveu a publicação do caderno de estudos bilíngue YASÚ YAPURUGITÀ YEGATÚ, com 23 lições e um glossário para o estudo da língua nhengatu. Já as edições especiais dos números 5 a 12 envolvem material de apoio voltado aos professores, particularmente do Ensino Fundamental, e também do Ensino Médio, para seu trabalho voltado à implementação da lei 11.645/08, que regulamenta a obrigatoriedade do Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena em todos os níveis de ensino em território nacional.

Agradecemos a todos que vêm contribuindo com estas edições, seja pela submissão de trabalhos, na participação na Comissão Editorial, no Projeto Gráfico e Diagramação, seja, ainda, na concessão de fotos e grafismos.



Ethnogeografia: Educação Ambiental e Línguas Indígenas

Lucas Blaud Ciola

A necessidade de entender a forma com que os povos originários se compreendiam e se compreendem enquanto seres no espaço que habitavam exige de nós um esforço para enxergar a etnociência que subjaz cada cultura, através dos mitos, de suas práticas e, com muita evidência, de suas línguas. É nas línguas que encontramos a forma elementar com que um povo categoriza o mundo que habita e pelas línguas velemos todos os outros conhecimentos.

Ao estudarmos com as ferramentas da linguística e antropologia como os povos tradicionais entendiam e codificavam seu universo, podemos vislumbrar o que emerge de conhecimento e ciência dentro de cada tradição:

A etnociência parte da linguística para estudar o conhecimento de diferentes sociedades sobre os processos naturais, buscando entender a lógica subjacente ao conhecimento humano sobre a natureza, as taxonomias e classificações totais (Diegues, 1996)

Sendo assim, vamos transitar sem muitos critérios entre a linguística e as etnociências, a fim de apontar alguns padrões lógicos e outros intuitivos no entendimento que as etnias tupis têm de seu meio, que creio trazer utilidades para as culturas não-indígenas.

A etnogeografia e a etnobotânica estão no principal foco desta pesquisa, já que se revelaram de imediato com um alto potencial de aproveitamento para a educação ambiental, e mesmo para a pedagogia, uma vez que eles nos auxiliam a fazer uma leitura de mundo diferente da que estamos acostumados. A etnogeografia ainda parece muito proveitosa quando articulada com a toponímia, e a etnobotânica pode ser vinculada a fitonímia e a ecologia. Contudo, neste texto falaremos apenas da etnogeografia tupi, deixando a etnobotânica para a próxima oportunidade.

Leitura de Mundo

Me interessa na linguística gerativa, a consciência de que, de um inventário simples de sons, é possível construir milhares de palavras e infinitos discursos. Tal princípio que configura a capacidade humana de gerar signos e sintaxe, também já estava presente na gramática de Panini, a primeira gramática de que se tem notícias e descrevia a língua Sânscrita.

Já na linguística cognitiva, a corrente da autopoiese aponta para os processos de interações químicas, físicas e biológicas como um princípio de mente. Assim a partir do momento que dois átomos trocam elétrons ou que uma molécula responde ao seu meio, já existe uma forma elementar de linguagem, uma forma de diálogo, que vai se complexificando numa rede de interações, formando estruturas cada vez mais aprimoradas, até o surgimento de seres vivos, por fim a mente humana.

Ora, vendo que nas duas teorias os processos partem do simples para o complexo, comecei a me perguntar se aquelas palavras mais simples (que existem em todas as línguas naturais), que se expressavam em uma única sílaba (ou uma vogal), não seriam fragmentos de uma cosmovisão ancestral? Não seria razoável que as coisas mais elementares e essenciais para cada povo dentro de um universo específico, deveriam ser expressas com simplicidade, clareza e economia? Estas palavras, não raro, aparecem de forma produtiva na língua, contribuindo para compor novos conceitos de ordem mais complexa segundo a própria visão de mundo de cada cultura.

Ao analisar alguns processos de composição de palavras dentro de um campo semântico determinado, que através de um conceito simples se desdobram conceitos extensos, podemos contemplar não só a competência gerativa da mente humana de formação de palavras, como também o processo de mente que de um elemento simples vai se desdobrando um sistema inteiro de interações, tecendo assim a própria noção que se tem do universo.

Nas línguas tupis, este processo aparece com certa evidência quando observamos os conceitos geográficos. Para visualizarmos isso melhor, vamos utilizar aqui os recursos pictográficos imitando artificialmente alguns recursos presentes na escrita do hebraico, do chinês e do japonês, associando o símbolo gráfico de som ao seu valor semântico:

yby		terra
ybyra		árvore
ybytira		montanha
ybytu		vento

Tal processo não difere muito dos sistemas de notação de símbolos mitológicos feitos por Lévi-Strauss, uma vez que não deixaremos de considerar que os signos culturais compõem uma mesma estrutura e nela se encontram com os signos lin-

guísticos. Assim, o que temos aqui são signos que se definem em oposição aos outros, por uma diferença de valor sonoro e de valor semântico. Contudo, atentemos para o fato que as oposições aqui são sutis na medida que um conceito se faz presente no outro, ou produtivamente ou cristalizado.

O que estamos assumindo aqui é a possibilidade de que os próprios sons da palavra são pictográficos, e que a partir de sons elementares com ideias elementares, passamos a compor sons extensos para significar ideias complexas.

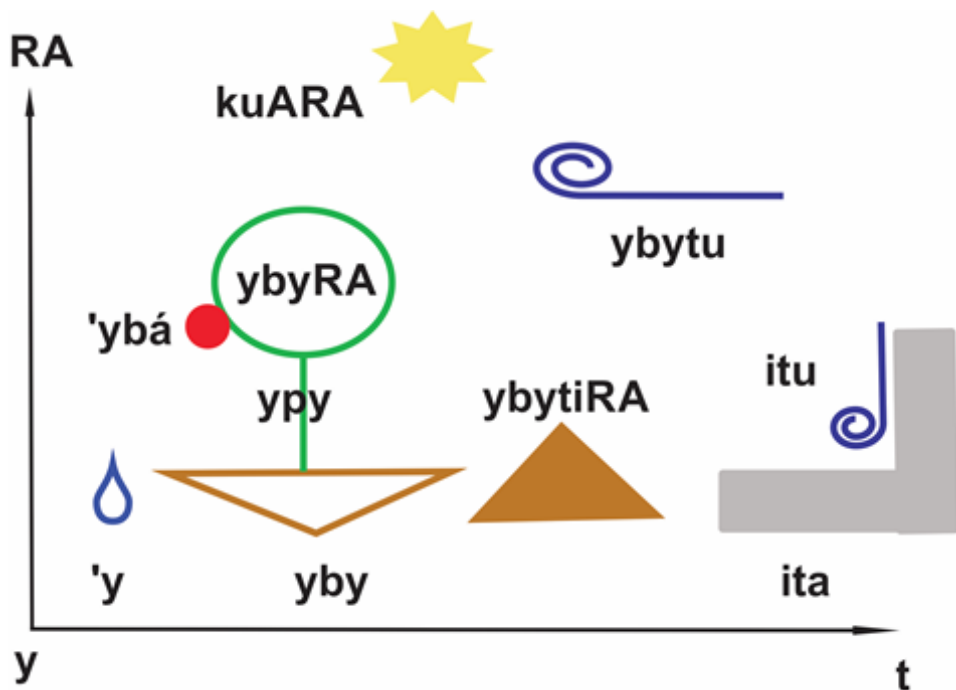
Ora, não seria razoável que o próprio processo de composição da linguagem seja reflexo de um entendimento do processo de organização e composição do universo segundo uma visão de mundo?

A palavra em tupi para água 'y não pode em absoluto, ser tomada como produtiva de yby. Mas visto que yby parece efetivamente produtiva em ybyra e yby-tira, não podemos descartar essa possibilidade de 'y também estar contida em yby. Ademais, algumas palavras em que 'y é evidentemente produtiva (yá - cabaça de levar água, 'yapé - fio d'água, 'yapa'u - ilha, intervalo das águas) seguem um padrão semelhante. Além do mais, é recorrente nas mitologias o fato de que a superfície da terra não está definida em oposição a água, mas sim enquanto a fusão do elemento terra com o elemento água. Esse é o caso dos Sataré Mawe, apenas para citar um mito dentro do grande tronco tupi. Em sua gênese, o planeta terra simplesmente bebe o planeta água e assim surge o nosso mundo.

Contudo, para o que pretendemos aqui, não é necessário que esses elementos estejam explicitamente associados e sistematizados dentro de uma cultura através de seus mitos, valores e preceitos. Apenas temos uma impressão intuitiva que sob o prisma da estrutura linguística do tupi esses elementos compartilham fonemas, facilitando assimilações intuitivas, e que isso tem uma correspondência concreta com o mundo real, que de alguma maneira se faz valer na prática cotidiana destes povos.

As assonâncias e aliteraões das palavras de uma língua devem encontrar um vínculo mais explícito na dimensão poética da língua. Nesse sentido, podemos considerar se os tupis e os guaranis não pintavam verdadeiras paisagens sonoras quando construía seus conceitos para designar o espaço que habitavam. Evidentemente que os conceitos geográficos estão frequentemente presentes nos topônimos, a pintar na mente dos falantes verdadeiras fotografias sonoras: Ibiapaba, Ibirapuera, Ibitimirim, Ibitinga, Icatu, e etc..

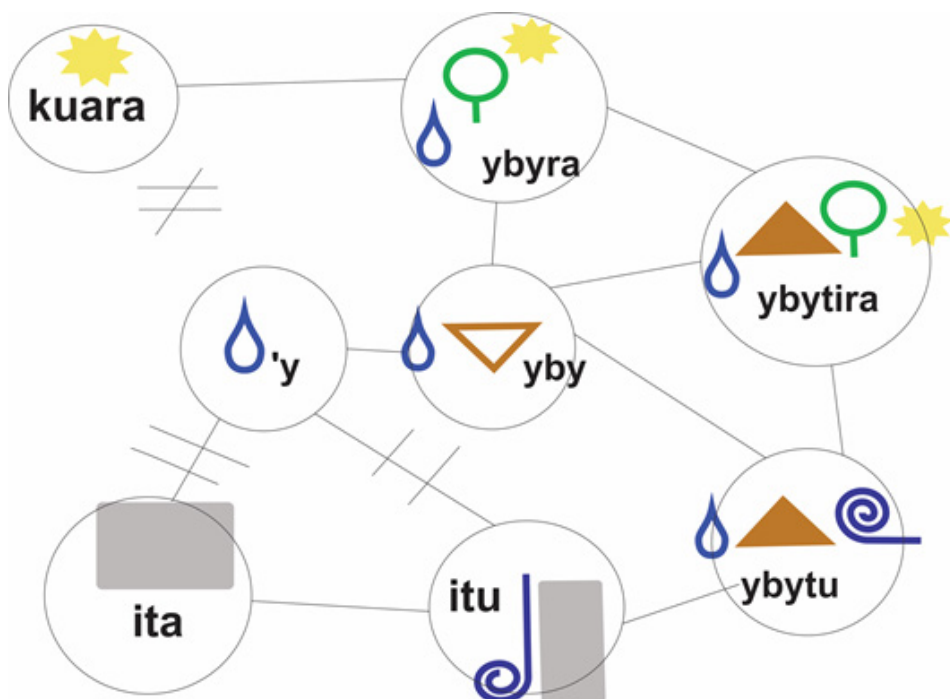
Abaixo inserimos outros signos para observar como eles se organizam em oposição (sutil ou drástica) em relação ao signo água:



Esta é apenas uma possibilidade de arranjo do campo semântico-lexical. Estamos tomando agora o morfema -ra como relacionado diretamente na paisagem com as coisas que se elevam em direção ao Sol. O signo ara - dia, que está associado a kuara - sol, parece estar presente em todo elemento que partindo da yby - terra, erguem-se aproximando-se do sol. Em contrapartida, temos uma série de elementos que se distanciam do ponto elementar 'y - água, recorrendo a sílabas formadas com a consoante -t-. O distanciamento horizontal que desemboca em ita - pedra, aponta para uma oposição drástica entre os conceitos 'y - água e ita - pedra. É possível que mudanças fonológicas da língua justifiquem a formação da palavra itu - cachoeira, que deveria estar associada diretamente com 'y - água. A palavra ybytu - vento, que nos parece estranho de estar associada diretamente a yby - terra, deve ser contemplada com atenção. Assim devemos sugerir que a compreensão que os tupis têm de vento, é de um fenômeno concebido no universo semântico de yby-. Seria ele concebido na medida em que ele afeta e interage com o elemento terra? Ou interage com a água?

O sistema lexical tupi, que permite compreender, linguisticamente a presença de terra e água nos conceitos de árvore, fruta ou montanha, concebe a natureza conectada por elos semânticos que funcionam no universo construído pela linguagem e refletem de alguma maneira a própria experiência concreta de observação e contemplação da natureza.

Quais traços semânticos deveriam ser marcantes nesses conceitos se eles fossem de fato ideogramas?



Se no hebraico cada valor fonético está associado a um elemento do mundo real (alef - boi, beit - casa e etc...), no japonês e no chinês este processo está simplificado de forma que o ideograma, mesmo o complexo, não carece de muitos símbolos e busca representar apenas a essência do objeto real no mundo. Por exemplo, a palavra kusuri - remédio em japonês, é representada pelo ideograma de 'prazer' + o ideograma de 'ervas'.

As representações ideográficas podem ser concebidas à luz da “teoria de frames” elaborada por Charles Fillmore, a qual prevê que cada conceito dentro de uma cultura, traz em sua concepção uma série de conhecimentos prévios:

Uma estrutura de conhecimento ou conceitualização que subjaz ao significado de um conjunto de itens lexicais que, de algum modo, recorrem a essa mesma estrutura (Fillmore, 2003)

Assim para conceber a ideia de ‘remédio’ em japonês, é necessário antes conceber a ideia de ‘ervas’ e ‘prazer’.

Observando no diagrama acima que conceitos simples estão latentes em conceitos compostos, podemos tecer uma teia que diferencia seus signos em oposições sutis e oposições drásticas. Então devemos nos perguntar, por que alguns signos estão organizados partilhando os mesmo fonemas e quais estão organizados de

forma a não partilhar fonemas com outro conjunto de signos. Como estes elementos estão presentes na vida cotidiana destes povos da terra?

Contudo, nos parece evidente que a organização sistêmica dos campos semânticos parece desenhar não só a própria forma do conjunto de neurônios, mas também reproduzindo sua dinâmica dentro de um espaço de tempo:

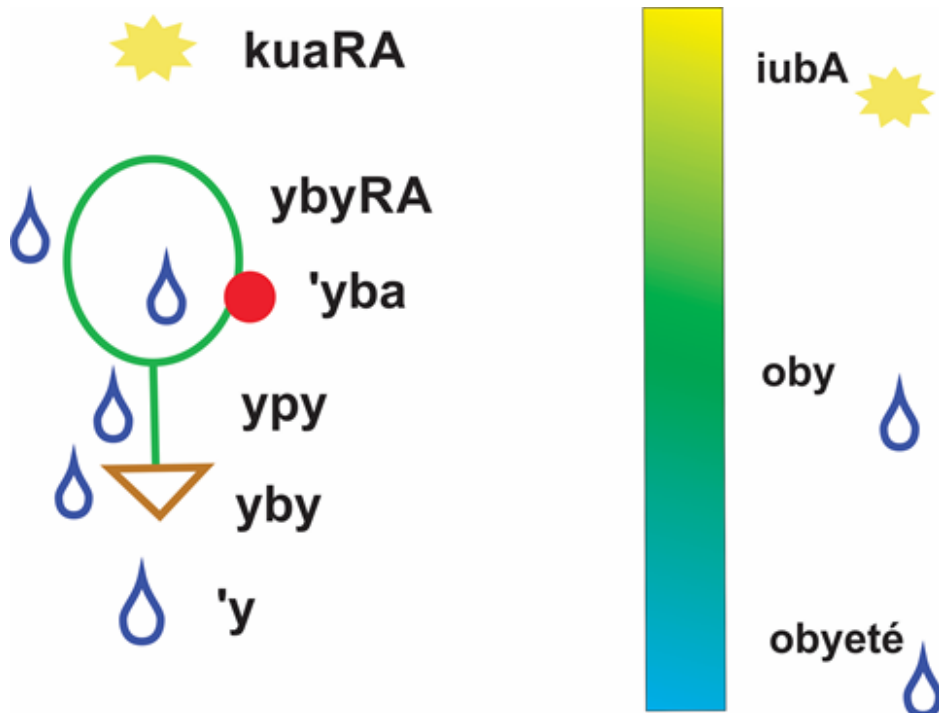
A riqueza plástica do sistema nervoso não reside em sua produção de representações “engramas” das coisas do mundo, mas em sua contínua transformação, que permanece congruente com as transformações do meio, como resultado de cada interação que efetua. Do ponto de vista do observador isso se mostra como uma aprendizagem adequada. Mas o que ocorre é que os neurônios, o organismo que integram e o meio em que este interage operam reciprocamente como seletores de suas correspondentes mudanças estruturais, acoplando-se estruturalmente entre si a operar do organismo, incluindo o sistema nervoso, seleciona as mudanças estruturais que lhe permitem continuar operando sem se desintegrar.

(Maturana & Varela, 1995)

Por fim, podemos contemplar a capacidade de perceber o mundo de forma sistêmica, conectando e diferenciando conceitos do mundo real, não como uma especialidade dos povos tupis, mas sim como uma especialidade de qualquer povo que habita um meio específico, e cria condições de reproduzir a vida sem gerar escassez ou impacto ambiental.

Com certeza todas as línguas do mundo têm conexões que, esquecidas ou não, refletem uma capacidade de categorizar o mundo que habitam (acabo de citar o hebraico, o chinês e o japonês). Numa breve pesquisa sobre as línguas indígenas do cerrado, a palavra água não parece tão elementar quanto nas línguas tupis - presentes no litoral e regiões de alta pluviosidade.

Assim, os conceitos geográficos do tupi parecem organizar semanticamente o universo tupi, onde a água é o elemento central na organização da vida na faina que existe entre a natureza e a cultura. Também é curiosa a forma com que os conceitos geográficos entram no universo semântico do reino vegetal e talvez isso explique o enigma da cor oby - verde/azul em tupi:



Canonicamente, a cor azul e a cor verde são tidas por uma mesma cor em tupi: oby. Também consideram que na extrema necessidade de diferenciar a cor azul da verde, a primeira é tomada por obyeté e a segunda por oby. Ainda mapeando o morfema elementar ‘água’ no tupi, podemos perceber a permeabilidade do azul no verde, que embora caminhe para iuba - amarelo, não partilham o morfema y com este. A cor acusa a mistura verde com amarelo e, se por um lado no nível linguístico não partilham o morfema, no mundo concreto, a árvore verde agrega o azul da água e o amarelo do sol para formar o verde de árvore. Eu diria na verdade que esse é o primeiro esboço do fenômeno da fotossíntese. Não pensem contudo que o tupi não diferencie os tons de verde tão bem quanto o inuich distingui tons de branco no Polo Norte. Os povos tupis têm tantos tons de verdes quanto nomes de plantas que existem em sua língua, e talvez por isso talvez seja mais eficaz para eles ter oby como uma variação do azul.

A permeabilidade de um elemento da natureza em outro, de uma cor em outra, parecem aspectos sistêmicos da cosmologia tupi totalmente adequados ao seu meio. Essa permeabilidade está presente em outros universos semânticos do tupi: o morfema água também está presente na palavra sy - mãe, a raiz uba está presente nas palavras para ruba - pai e -uba - tronco/pau e a palavra raíra designada tanto para ‘filho’ como para ‘semente’, apenas para citar um exemplo.

As conexões entre a língua e o meio talvez expliquem também porque o português brasileiro se diferencia por um lado do português europeu, ao passo que de outro lado o espaço brasileiro sabota a cada dia sua natureza original em nome de um processo “civilizatório” iniciado pelo mesmo europeu.

Cabe a nós enquanto sociedade escolher de fato que tipo de espaço queremos construir no lugar em que vivemos, e isto é Educação Ambiental. E neste processo, nos perguntar se as línguas originais da terra não têm algo a nos ensinar sobre o funcionamento desta terra.

Bibliografias

- CAPRA, Fritjof. 1997. *A Teia da Vida: uma nova compreensão dos sistemas vivos*. São Paulo, SP: Cultrix.
- CHOMSKY, Noam. 2006. *Linguagem e Mente*. New York. Cambridg University Press.
- DIEGUES, Antônio Carlos. 1996. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: HUCITEC.
- FILLMORE, Charles J. 2003. Double-decker definitions: The role of frames in meaning explanations. From: *Sign Language Studies* · Volume 3, Number 3.
- FRANCO, Isabel. 2006. *Agenda 21 e Educação Ambiental para a Sustentabilidade: da teoria á prática*. Embu das Artes, SP: Sociedade Ecológica Amigos de Embu.
- MATURANA R., Humberto; VARELA G., Francisco. 1995. *A árvore do conhecimento: as bases biológicas do entendimento humano*. Campinas: Psy II.
- NAVARRO, Eduardo de Almeida. 2013. *Dicionário Tupi Antigo - A língua indígena clássica do Brasil*. São Paulo. Editora Global.
- ORR, D. W. 1992. *Ecological Literacy: education and the transition to a postmodern world*. Albany: State of New York Press.
- SAUSSURE, Ferdinand de. 1916. *Curso de linguística Geral*. São Paulo. Editora Cultrix.